

Ata Nº 580 – Aos cinco dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às nove horas, iniciou-se a **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Balneário Camboriú–SC** de forma híbrida, presencialmente na Câmara de Vereadores e remotamente via Skype. Estavam presentes os seguintes conselheiros: Luciano Pedro Estevão, Wilson Reginatto Júnior, Sandra Mara Luchtenberg, Grasiela Aparecida Teixeira, Leandro Teixeira Ghilardi. Estava presentes também: Cinthya Lorga, assessora do Gabinete do Vereador André Meirinho, Aline Rocha e Eni Alves, representantes da Associação Beneficente Cristã Real Esperança, e, Maria Helena Bittencourt, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/BC. Participando remotamente estavam os seguintes conselheiros: Valdeci Matias, Attela Provesi, Josiane Hoepers, Patricia da Costa Oliveira, Douglas Schwolk Fontan Aguirre, Manuela Pessoa Duarte. Estavam também presentes virtualmente: Áurea Tamura e Rodrigo Bohr, acadêmicos da Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC e o Dr. Vitor Hugo Klein Júnior, professor da UDESC; Patricia Nicodemus Valenzuela, coordenadora do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência; Janderlane Peixoto, representante da Geração de Emprego e Renda – GERAR; João Petters, representante do Instituto Anjos sem Asas; Maria Ferracini, representante da Biblioteca Comunitária Bem Viver; Maurício Rafael Coelho, presidente do Conselho Tutelar. Pauta 01: Aprovação da Ata nº579. Foi aprovada por unanimidade a Ata da Reunião Ordinária nº579, de vinte e um de setembro de Dois Mil e Vinte e Um. Pauta 02: Leitura dos Ofícios Expedidos e Documentos Recebidos. Documentos Expedidos: E-mail de vinte e dois de setembro, encaminhado a Casa dos Conselhos, informando que este CMDCA tem interesse em participar de mais uma edição da disciplina Controle Social e Accountability do Curso de Administração Pública da Universidade do Vale do Itajaí – UDESC BC; Memorando nº39.927, de vinte e três de setembro, enviado a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, encaminhando as atas assinadas das reuniões dos meses de Julho e Agosto de Dois Mil e Vinte e Um; E-mail de vinte e três de setembro, enviado ao Juizado da Infância e Juventude, encaminhando as atas assinadas de julho e agosto de Dois Mil e Vinte e Um; com o mesmo conteúdo foram enviados e-mails para a 4ª Promotoria de Justiça, Câmara de Vereadores e Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/BC; E-mail de vinte e oito de setembro, enviado a 4ª Promotoria de Justiça de Balneário Camboriú em resposta ao Ofício nº200/2021/09PJ/BCA, referente a Notícia de Fato nº01.2021.00024772-4, encaminhado em nove de setembro, sobre as informações solicitadas a respeito da Associação Lar Maternal Bom Pastor com o uso de verbas oriundas do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FMDCA, por meio de convênio mantido com o Município de Balneário Camboriú; E-mail de vinte e oito de setembro, enviado aos conselheiros de direitos, informando que as próximas reuniões ordinárias do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, acontecerão dias vinte e seis de outubro, vinte e três de setembro e treze de dezembro, às nove horas, na Casa dos Conselhos; E-mail de trinta de setembro, enviado a todos os conselheiros e entidades registradas neste CMDCA, encaminhando o Edital nº003/2021 – Edital de Chamamento Público, visando à seleção de propostas de organizações da sociedade civil interessadas em celebrar Termo de Colaboração com o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, que tem por objeto a execução de projetos com as atividades relacionadas a crianças e adolescente; Memorando nº41.114, de trinta de setembro, encaminhado a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, para conhecimento, o Edital nº003/2021 – Edital de Chamamento Público, visando à seleção de propostas de

organizações da sociedade civil interessadas em celebrar Termo de Colaboração com o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, que tem por objeto a execução de projetos com as atividades relacionadas a crianças e adolescente; Memorando nº41.116, de trinta de setembro, encaminhado a Secretaria de Controle Governamental, para conhecimento, o Edital nº003/2021 – Edital de Chamamento Público, visando à seleção de propostas de organizações da sociedade civil interessadas em celebrar Termo de Colaboração com o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, que tem por objeto a execução de projetos com as atividades relacionadas a crianças e adolescente. Documentos Recebidos: E-mail de vinte e um de setembro, encaminhado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA, convidando os Conselhos Municipais de Direitos das Crianças e do Adolescente do Estado de Santa Catarina para participarem da Reunião Plenária Ordinária do CEDCA, que será realizada, por web conferência, no dia vinte e três de setembro, quinta-feira, às treze horas e trinta minutos, com transmissão ao vivo pelo canal da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SDS no Youtube, no link: <https://www.youtube.com/c/DesenvolvimentoSocialSC/videos>. Nesta reunião o tema da Primeira Infância será trazido à pauta para discussão e contará com a participação do Doutor Nelson Arns Neumann, que falará sobre A Primeira Infância – Os mil dias e da juíza Joana Ribeiro, que falará sobre A Primeira Infância no Sistema de Justiça; E-mail de vinte e um de setembro, enviado pelo Conselho Tutelar, a pedido do Conselheiro Tutelar Paulo Cavalcante, solicitando cópia dos relatórios apresentados pela Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral; E-mail do dia vinte e sete de setembro, enviado pela Casa dos Conselhos, convidando este CMDCA para mais uma edição da disciplina Controle Social e Accountability do Curso de Administração Pública da UDESC BC, onde são realizados diagnósticos dos conselhos de políticas públicas; E-mail de vinte e sete de setembro, enviado pelo Departamento da Juventude da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, encaminhando os orçamentos para compra de computadores para o Programa Jovem Aprendiz; E-mail do dia vinte e oito de setembro, enviado pelo CEDCA, compartilhando e-mail do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, convidando para participar do VIII Seminário sobre Qualidade dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, que acontecerá de vinte e três a vinte e seis de novembro e as inscrições para o evento serão realizadas por meio do endereço eletrônico: inscricao.seminario@neca.org.br; E-mail de vinte e oito de setembro, encaminhado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, encaminhando Ofício nº091, solicitando revisão de valores para o Edital de Chamamento Público – Edital nº003/2021/CMDCA; E-mail de vinte e nove de setembro, enviado pelo CEDCA, a pedido da Coordenação Geral do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Catarina, convidando para o Seminário Nacional e Internacional de Políticas Públicas para a Primeira Infância, Tributo a Zilda Arns, dias seis e sete de outubro, inscrições pelo site; E-mail de vinte e nove de setembro, enviado pelo Instituto Cairo, encaminhando Ofício nº003/21, que trata de capacitação que tem o propósito de alinhar a atuação do Conselho Tutelar e equipes técnicas do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS para não haja conflitos de propósitos e encaminhamentos; E-mail de primeiro de outubro, enviado pela Secretaria de Educação, informando sobre o Fórum Municipal de Educação, encaminhando o Decreto nº10.478, de quatro de agosto, e solicitando membros titular e suplente; E-mail de primeiro de outubro, encaminhado pela Associação Amor pra Down, enviando o projeto de equoterapia para pessoas com Síndrome de Down, para ser aprovado no Edital nº003/2019 – Edital de chancela e, sendo aprovado, emitir a autorização para captação de recursos; E-mail de

primeiro de outubro, enviado pelo Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, encaminhando ofício que será enviado para as secretarias, para aprovação deste CMDCA; E-mail de quatro de outubro, enviado pela Casa dos Conselhos, repassado e-mail da Sra. Djaiza, responsável pelo Programa Prefeito Amigo da Criança, solicitando ao setor de contabilidade dados referentes ao Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, ano Dois Mil e Vinte, para serem utilizados no preenchimento da Plataforma do Programa Prefeito Amigo da Criança – Orçamento Criança e Adolescente – OCA; E-mail de quatro de outubro, enviado pela Lumina Psicologia Aplicada, enviando orçamento para a Capacitação e Formação na Escuta Especializada do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência; Memorando nº37.702, de quatro de outubro, enviado pela Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, solicitando no Despacho Dezenove, o atendimento ao pedido da Procuradoria Geral, acerca das documentações com Associação Lar Maternal Bom Pastor; E-mail de cinco de outubro, enviado pela coordenadora do Comitê de Gestão da Escuta Especializada, enviando orçamento do Instituto Cairo, para a Capacitação e Formação na Escuta Especializada do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência. Não houve entrega de Relatórios de atividades. Com relação aos membros titular e suplente para fazer parte do Fórum Municipal de Educação, os conselheiros indicados foram Luciano e Sandra. Pauta 03: Fórum de Entidades Não Governamentais – Apresentação das ONG's: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/BC e Associação Beneficente Cristã Real Esperança. O presidente agradeceu a presença das entidades que irão se apresentar e passou a palavra para a Dra. Maria Helena, representante da OAB/BC que explicou que a OAB não milita apenas a favor de seus interesses e de seus direitos, mas também em favor da sociedade. Maria Helena falou que a OAB tem trinta e sete comissões temáticas, todas voltadas para o bem estar da sociedade civil, pois é interesse da OAB contribuir com todos e em especial com os mais vulneráveis. Maria Helena contou que o projeto a ser apresentado partiu de uma conversa com a Dra. Patricia onde foi observado a necessidade de criar um projeto junto ao Conselho Tutelar para atender as pessoas hiposuficientes, que são pessoas que não tem como pagar por um advogado, mas que precisam de uma ação para resolver seu problema. O projeto visa atender os interesses voltados a criança e ao adolescente. Dra. Maria Helena explicou que o projeto foi apresentado à diretoria da OAB e ao Juizado da Família, onde foi analisado, aprovado e apoiado pelos órgãos. O projeto já é executado a mais de dois anos e o projeto é um sucesso pois a agenda está sempre lotada, todas as segundas-feiras e quartas-feiras no Conselho Tutelar tem uma advogada plantonista e hoje o projeto conta com onze advogadas atuando no Conselho Tutelar. Alguns dos processos realizados são de pensão alimentícia, regularização de guarda, solicitação de vagas em Unidades de Educação Infantil. A advogada explicou que quando a ação é protocolada na Vara da Família, as decisões são imediatas. Maria Helena falou um pouco do seu currículo e do currículo da Dra. Patricia, que foram as idealizadoras deste projeto. Falou sobre os apoiadores do projeto e falou que a execução do mesmo é feita pela Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente da Décima Quinta Subseção da OAB de Balneário Camboriú. Explicou que o projeto justifica-se pois a proteção integral às crianças e adolescentes está consagrada nos direitos fundamentais inscritos no Artigo Duzentos e Vinte e Sete, da Constituição Federal de Mil Novecentos e Oitenta e Oito e nos artigos terceiro e quarto do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Explicou que o estatuto resguarda as

crianças e os jovens brasileiros de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, pelo princípio do respeito aos direitos humanos fundamentais das crianças e adolescentes, bem como o combate a todo e qualquer tipo de violência e vulnerabilidade social, portanto, é desafio de todos, inclusive da sociedade civil organizada. No sentido de concretizar os direitos e contribuir para a efetivação da cidadania, tornou-se indispensável a implantação de políticas públicas, programas, projetos, atividades e ações do cotidiano que atendam crianças e adolescentes nas demandas próprias do seu desenvolvimento, atingindo de igual forma as suas famílias. A Décima Quinta Subseção da OAB de Balneário Camboriú, através da Comissão dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, busca assegurar o desenvolvimento livre e sadio da criança e do adolescente, luta para criar meios para que suas garantias e direitos sejam efetivamente assegurados de forma célere e eficaz. Maria Helena falou que a OAB como entidade de classe participando ativa e permanentemente da vida do cidadão brasileiro, por suas Comissões Temáticas, se aproxima da sociedade, no intuito de dar sua contribuição na luta para diminuir os problemas enfrentados por crianças e adolescentes, em situação de risco, bem como suas famílias, e isso que faz o Projeto Conselho Legal, desenvolvido no Conselho Tutelar. O objetivo do projeto é contribuir com a doutrina da Proteção Integral do ECA que garante o acesso de toda criança ou adolescente à justiça, direito esse garantido no Título VI do ECA. Maria Helena explicou que os advogados inscritos no projeto, além da prestação de atendimento jurídico, voluntário e gratuito junto ao Conselho Tutelar, atuam no Núcleo de Atendimento ao Combate à Violência Sexual e Pedofilia do nosso município. Esse projeto atuará, prioritariamente, na formulação e implementação de políticas públicas para conscientização sobre os efeitos negativos da violência contra a criança e o adolescente, bem como no reconhecimento dos seus direitos e garantias. As necessidades especiais detectadas, durante os atendimentos, serão encaminhadas para o serviço assistencial hospitalar, psicossocial e jurídico, com objetivo de fechar o ciclo de atendimento, atuando na prevenção e combate nos casos de violência sexual. Para facilitar o acesso à Justiça de famílias com crianças e adolescentes em situação de violência sexual ou pedofilia, o projeto oferecerá também um serviço de advocacia popular criminal, os advogados acompanharão gratuitamente casos de violência sexual, desde o inquérito policial até o julgamento, quando os advogados plantonistas no Conselho Tutelar atuarão como assistentes de acusação. O trabalho de proteção e assistência jurídica virá acompanhado de tratamento psicossocial, que, além de promover a assistência necessária para a recuperação psicológica das crianças e dos adolescentes, também será uma importante fonte de informação para os advogados aparelharem suas peças processuais na busca do sucesso da ação penal. Para desenvolver os projetos a cada seis meses a coordenação solicita à Presidência da OAB a abertura de novo edital de cadastramento de advogados, a fim de oportunizar a participação de novos advogados interessados, podendo os advogados já inscritos, renovar a inscrição. Os plantões ocorrerão inicialmente às quartas feiras em dois turnos (matutino e vespertino) para atendimentos ao público, sendo cabível a ampliação dos dias da semana, assim como a alteração dos horários de atendimento, devido a questões de trabalhos do Conselho Tutelar, direcionados às crianças e adolescentes em situação de risco. Maria Helena falou também que na Comarca de Balneário Camboriú ainda não foi instituída a Defensoria Pública, motivo pelo qual os magistrados têm nomeado os defensores dativos para as partes, assim, no caso de propositura de ações judiciais na comarca, o advogado plantonista requer ao Poder Judiciário a nomeação, para atuar como defensor dativo da parte. O trabalho é voluntário, os advogados plantonistas não tem vínculo empregatício

com o Conselho Tutelar, tampouco com o Poder Judiciário. Maria Helena encerrou falando que a OAB faz um ótimo trabalho e merece participar na composição deste CMDCA pois tem muito a colaborar. O presidente agradeceu a OAB, elogiou os projetos desenvolvidos e deixou a palavra em aberto. Após o presidente passou a palavra para a Sra. Aline, representante da Associação Beneficente Cristã Real Esperança, que falou que prepararam um vídeo para apresentação e falou que a entidade atua a treze anos no município. O vídeo nos mostrou que a entidade foi fundada em dez de novembro de Dois Mil e Oito, no início atendia apenas o Projeto Pepe Vida, que é um atendimento de contra turno escolar, depois agregou a Escolinha de Futebol Mais que Vencedores e também o Projeto Frutos das Mãos. Hoje também desenvolve o PEVI que também é um projeto de contraturno escolar. Atualmente o Projeto PEPE Vida atende cinquenta e duas crianças, na faixa etária de quatro a seis anos, e funciona de segunda-feira a sexta-feira, integralmente. As crianças atendidas neste projeto são crianças matriculadas nos Núcleos de Educação Infantil que não tem aonde ficar no contraturno escolar. Na entidade as crianças recebem três refeições, sendo café da manhã e almoço para a turma da manhã e lanche para a turma da tarde e normalmente intervalos com frutas. O Projeto PEVI iniciou em Dois Mil e Vinte e atende quatorze crianças em idade de sete a doze anos. Este projeto é desenvolvido nas segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras. As crianças recebe café da manhã e almoço, pois o projeto funciona pela manhã e também recebem materiais. O Projeto Frutos das Mãos iniciou em Dois Mil e Dezessete e atende mulheres de diversas idades, oferecendo cursos de bordado, corte e costura, crochê, entre outros. Para revender os produtos, o projeto conta com um bazar que funciona de segundas-feiras as sextas-feiras, das quatorze às dezessete horas e também um bazarão que funciona uma vez por mês. O projeto é desenvolvido por voluntários. O Projeto Escolinha de Futebol Mais que Vencedores acontece aos sábados pela manhã com crianças e no período da tarde com adolescentes. Funciona no Estaleiro e atende atualmente quarenta crianças e doze adolescentes. Este projeto iniciou em Dois Mil e Seis, por incentivo de um voluntário morador da comunidade e os profissionais que hoje atuam no projeto também são todos voluntários. O vídeo também mostrou a estrutura física da associação e as parcerias. Aline falou mais um pouco sobre o vídeo e deixou a entidade aberta para visitaçao. O presidente elogiou os trabalhos e projetos desenvolvidos pela Associação Beneficente Cristã Real Esperança e deixou a palavra aberta. A conselheira Patricia elogiou os trabalhos e falou da importância da parceria com a OAB. Foi citado o Projeto OAB por Elas que é um projeto que atendem mulheres nas mais variadas violências e também os projetos desenvolvidos com idosos. A coordenadora da Associação Real Esperança falou sobre o Projeto PEVI porque é um projeto novo, disse que o resultado é excelente e que a demanda está grande porque o resultado é muito bom pois trabalha o comportamento e o autocontrole. O presidente do Conselho Tutelar Maurício falou, elogiou e relatou os trabalhos do projeto da OAB desenvolvido no Conselho Tutelar. A coordenadora do Comitê de Escuta Especializada Dra. Patricia, e também idealizadora do Projeto realizado no Conselho Tutelar pela OAB, contribuiu explicando os atendimentos do projeto e agradeceu a todos pela parceria.

Pauta 04: Apresentação pela Universidade Estadual e Santa Catarina – UDESC do Diagnóstico dos Conselhos de Políticas Públicas de Balneário Camboriú. O presidente falou sobre o diagnóstico desenvolvido pela UDESC, elogiou o trabalho dos acadêmicos e passou a palavra para os mesmos. A acadêmica Áurea iniciou a apresentação agradecendo o espaço, apresentou o Professor Dr. Vitor Hugo Klein Júnior e os demais acadêmicos que fizeram o diagnóstico. Explicou que o trabalho foi desenvolvido pela turma da oitava fase do Curso de Gestão Pública, que é um trabalho desenvolvido na

disciplina de Práticas de Controle Social e Accountability na Governança Pública e falou que o acompanhamento foi feito pelo Professor Vitor. Ressaltou que foram desenvolvidos alguns trabalhos junto aos conselhos, com foco no controle, na transparência da Accountability. Agradeceu ao CMDCA pelas informações solicitadas, como os relatórios que auxiliaram no levantamento dos dados. Após o acadêmico Rodrigo falou que uma das atividades foi a criação de um formulário para verificar a questão do controle e das demandas do CMDCA, também se buscou o histórico do CMDCA e sua participação na sociedade. O objetivo foi identificar as oportunidades e os riscos.

O acadêmico apresentou o trabalho onde explicou que o CMDCA é um conselho deliberativo criado pela Lei nº1033/1991 para formular e normatizar políticas públicas relacionadas às crianças e aos adolescentes. Além da gestão apresenta como competências a formulação da política pública, a implementação da política pública e orçamento e gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA. O acadêmico falou que o conselho possui a responsabilidade de exercer o controle interno do Estado sobre as políticas públicas, apresenta como dever deliberar, controlar e fiscalizar a ação dessas organizações. A Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, por intermédio do CMDCA, seleciona propostas de organizações da sociedade civil interessadas em celebrar Termo de Colaboração que tem por objeto a execução de projetos relacionadas a essa temática. Falou que o edital ocorre via Fundo Municipal e apresenta o foco no desenvolvimento de projetos que contemplem as principais atividades para as crianças e adolescentes. Os projetos selecionados apresentam o Plano de Trabalho do projeto, no qual devem ser detalhada a forma de execução das ações, por meio da descrição das atividades, apresentação de cronogramas, indicadores, e destinação dos recursos financeiros. Os principais procedimentos realizados na metodologia envolveram a observação nas reuniões quinzenais realizadas pelo conselho, a análise de documentos oficiais e documentos internos e a realização de entrevistas. Foi realizada uma entrevista com perguntas semi-estruturadas com membros do conselho que aceitaram participar da entrevista. Foi identificado que o acesso aos dados referentes aos números de atendimentos realizados pelas entidades, bem como o acesso aos balancetes financeiros, por meio de um banco de dados específico, melhoraria o acesso à informação, o controle e a consulta por meio de conselheiros e gestores. Rodrigo falou que o relatório de atividades foi dividido em três seções, sendo a primeira seção voltada para uma coleta de informações gerais da entidade, do período de desenvolvimento do relatório, do objetivo geral do projeto e objetivo do convênio. A segunda seção estava voltada para o número de atendimentos realizados ao público e o terceiro estava ligado a descrições das atividades e/ou ações desenvolvidas pelas entidades. Todos os registros criados dentro do “forms”, que foi a sugestão dos acadêmicos, seguirão para uma planilha, que servirá como base de dados para o CMDCA e o conselho desta forma poderá utilizar como controle as respostas das entidades que participarem dos projetos ligados ao CMDCA. Rodrigo ressaltou que conforme o banco de dados, recomenda-se ao conselho a análise estatística dos dados, bem como, o desenvolvimento de relatórios internos. Finalizando verificou-se que o CMDCA de Balneário Camboriú é um conselho bem atuante e eficiente, apresenta papel fundamental no desenvolvimento de Políticas públicas da temática, é bem democrático e participativo. O Professor Vitor agradeceu a parceria do CMDCA, agradeceu os acadêmicos, agradeceu o espaço e a contribuição para realização do diagnóstico realizado pelos acadêmicos da UDESC, falou que estas experiências são muito importantes para os acadêmicos e enriquece ainda mais os conteúdos trabalhados em sala de aula. Agradeceu também a Casa dos Conselhos pela parceria. O presidente elogiou a apresentação e o diagnóstico realizado, deixou o CMDCA

aberto para novas parcerias. Pauta 05: Edital nº003/2021 – Edital de Chamamento Público. O presidente informou que o Edital nº003/2021 – Edital de Chamamento Público foi publicado há duas semanas, mas que em virtude da manifestação do Ministério Público e da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social foi retirado do edital a verba destinada a Alta Complexidade, que até então estava sendo utilizada para o acolhimento de crianças e adolescentes, através de Termo de Colaboração com a Associação Lar Maternal Bom Pastor, de Camboriú, no valor de Setecentos e Cinquenta Mil Reais, por determinação judicial e com a retirada deste valor, será necessário fazer a retificação no edital. Luciano explicou que também deverá ter uma retificação na entrega do Plano de Trabalho, e passou a palavra a comissão. A comissão explicou que o valor que estava no edital de Cinco Milhões e Quinhentos Mil Reais, foi reduzido para Cinco Milhões e Cinquenta Mil Reais, em função da retirada deste valor da Alta Complexidade, e foram inseridos na composição dos valores o Projeto Equoterapia da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e o projeto do Instituto Anjos sem Asas, que não tinham sido contemplados no primeiro edital. O presidente compartilhou o documento e explicou que foi então retirado o valor da Alta Complexidade, que o valor do Atendimento a Pessoas com Deficiência e seus familiares passou de Dois Milhões para Dois Milhões e Cem Mil Reais, o valor do Atendimento de Contra Turno Escolar, que era de Seiscentos Mil Reais passou para Setecentos Mil Reais. Quanto ao valor destinado ao Atendimento Ambulatorial a Crianças e Adolescentes usuários de álcool e substâncias psicoativas e seus familiares, o mesmo continuou com Setecentos e Dez Mil Reais, o mesmo aconteceu com o Atendimento em Média Complexidade (Lei nº12.435/11) que também continuou com Setecentos e Cinquenta Mil Reais. Para o Atendimento de Baixa Complexidade (Lei nº 12.435/11) o valor destinado continuou de Cento e Quarenta Mil Reais, o valor da Qualificação Profissional e Mundo do Trabalho (Lei nº10.097/00) também continuou no valor de Trezentos Mil Reais e o valor destinado ao Atendimento e preparação para o Processo de Adoção continuou com valor destinado de Trezentos Mil Reais. Sendo o valor total de Cinco Milhões e Cinquenta Mil Reais e no Edital nº003/2021 o valor para ser destinado está de Cinco Milhões e Seiscentos Mil Reais. Ou seja, ficando um saldo restante de Quinhentos e Cinquenta Mil Reais, que a comissão propõe deixar esse valor para um futuro Edital de Chamamento Público no início de Dois Mil e Vinte e Dois, caso tenham novos projetos para serem contemplados. Sendo que as ações contempladas neste edital estão de acordo com o Plano de Ação para Dois Mil e Vinte e Dois. A conselheira Patricia falou que o município tem o interesse, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, de financiar o projeto Famílias Acolhedoras e o projeto de Cuidador Especial para pessoas com deficiência (crianças, adolescentes e ampliando para outras faixas etárias). Explicou que o recurso que a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social recebeu, através do Plano Plurianual – PPA, foi muito baixo e propôs que o valor da retirada deste valor da Alta Complexidade seja utilizado para financiar estes dois projetos, que estão contemplados no Plano de Ação de Dois Mil e Vinte e Dois. O presidente falou que no orçamento para o exercício de Dois Mil e Vinte e Dois tem um aporte para projetos governamentais e que este valor da sobra da Alta Complexidade seria para projetos não governamentais. Que para essa alteração será necessário aprovação deste CMDCA, pois uma Organização Não Governamental – ONG pode atender esses dois projetos através de novo edital. Patricia falou que estes projetos serão realizados pelo governo, o que seria financiado é o repasse, o governo entrará com toda equipe técnica, mas o repasse seria do FMDCA. Sendo assim sugeriu que este recurso seja destinado para ações da Alta Complexidade e sugeriu deixar em aberto, para definir se o projeto será desenvolvido pelo governo ou

pelas ONG's. A comissão explicou que esta composição de valores que a Contabilidade passou, ela está prevista no Plano Orçamentário em ações e verbas específicas e não se pode fazer transferência de valor previsto para parcerias, para ações governamentais. A conselheira Patricia discordou do conselheiro e disse que este valor sempre foi destinado para Alta Complexidade e o governo poderá desenvolver esse projeto onde será utilizado parte deste valor, para projetos com financiamento direto. A comissão explicou que no Plano Orçamentário já tem um valor previsto para parcerias governamentais e falou que este assunto será discutido na próxima pauta desta reunião. A conselheira Patricia falou que este valor destinado aos projetos governamentais são utilizados por várias secretarias e não apenas pela Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social e sugeriu novamente que este valor destinado a Alta Complexidade e que era destinado a Associação Lar Maternal Bom Pastor, continue sendo utilizado para ações da Alta Complexidade, independente de quem irá executar os projetos. A comissão concordou que deve ser reservado um valor para a Alta Complexidade e falou que na próxima pauta será discutido estes valores. O presidente colocou em votação a proposta da comissão de alteração do valor do edital, que era de Cinco Milhões e Seiscentos Mil Reais para Cinco Milhões e Cinquenta Mil Reais e a sobra deste valor de Quinhentos e Cinquenta Mil Reais será deliberado o destino, o que restou aprovado por unanimidade. Outro ponto em questão que a comissão levantou foi em relação ao Plano de Trabalho, pois tem um texto no edital que pode gerar dúvida para a Comissão de Seleção de Projetos. No texto não fica claro se a entrega da documentação fica para o primeiro envelope ou se é entregue depois da análise dos projetos. Explicou então que no item cinco ponto um, pede para apresentar os documentos e depois no item oito ponto dois fala que só deve apresentar depois da seleção dos Planos de Trabalho. Sendo assim existe a necessidade de retificação para não gerar dúvidas na entrega. A proposta da comissão é que a entidade encaminhe na primeira etapa o Plano de Trabalho, se o plano for aprovado pela comissão, os documentos restantes serão solicitados. Também foi proposto pela comissão, que junto ao Plano de Trabalho, nesta primeira etapa seja enviado o Certificado de Registro e Qualificação neste CMDCA e a Comprovação de Experiência. Os demais documentos serão entregues na segunda etapa. A plenária aprovou por unanimidade a sugestão da comissão. A comissão explicou que o Plano de Trabalho deve ser feito para Dois Mil e Vinte e Dois e que para Dois Mil e Vinte e Três os mesmos serão aditivados. O presidente falou que o edital retificado será publicado amanhã. Pauta 06: Comissão de Orçamento e Fundo: Análise de orçamentos relativos a solicitação de compra de computadores pela Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social para o Programa Jovem Aprendiz e Apresentação e Aprovação do Plano de Aplicação para 2022. O presidente informou que a Comissão de Orçamento e Fundo esteve em reunião com o Departamento de Contabilidade onde foram avaliados os valores destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA para o exercício de Dois Mil e Vinte e Dois. A comissão compartilhou a planilha onde estavam os valores do Plano de Aplicação de Dois Mil e Vinte e Um e solicitou para que a plenária ajudasse a compor a mesma para Dois Mil e Vinte e Dois. A comissão repassou que o valor do FMDCA para Dois Mil e Vinte e Dois será de Sete Milhões e Vinte Mil Reais. A comissão explicou que na Formalização de Parcerias com as Organizações da Sociedade Civil o valor da alta complexidade foi retirado e há necessidade de se decidir sobre esse valor. A comissão falou que o valor aprovado para a formalização de parcerias foi de Cinco Milhões e Seiscentos Mil Reais e que os valores que sobram agora poderão ser remanejados. O presidente falou que também há necessidade de atualizar os valores da Ação Manutenção das Atividades de Atenção a Criança e ao Adolescente. A conselheira Patricia

sugeriu que este valor da alta complexidade seja remanejado para a Ação Manutenção das Atividades de Atenção para projetos governamentais, palestras, capacitações, encontros de formação, seminários, incluindo cursos de capacitação permanente do Conselho Tutelar e CMDCA, prevendo também a especialização para os profissionais da Escuta Especializada. O presidente sugeriu que a comissão analise com mais tempo o Plano de Aplicação e sugeriu agendar reunião extraordinária para aprovação do plano. Neste tempo a comissão pode atualizar os valores das ações, adicionar a capacitação da Escuta Especializada e outros projetos que estejam em andamento. A reunião extraordinária ficou agendada para sexta-feira, dia oito de outubro, com pauta única que será a aprovação do Plano de Aplicação. Com relação a compra de computadores pela Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social para o Programa Jovem Aprendiz restou aprovado pela Comissão de Orçamento e Fundo, os orçamentos enviados com as discriminações dos produtos a serem comprados e restou aprovado pela plenária a compra dos respectivos computadores pelo menor orçamento apresentado que foi de Sete Mil, Duzentos e Quarenta e Nove Reais e Quarenta e Dois Centavos por unidade, da empresa Banco de Preços. Pauta 07: Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência. O presidente passou a palavra para a coordenadora do comitê Patricia que informou que na última reunião do comitê o mesmo deliberou o encaminhamento de ofício para a Rede de Proteção para que se encaminhe ao comitê a indicação de dois profissionais, sejam psicólogos, assistentes sociais ou psicopedagogos. Estes dois profissionais vão participar da Capacitação da Escuta Especializada e passarão por uma formação. Patricia então solicitou aprovação deste CMDCA para enviar estes ofícios a Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, CMDCA e Conselho Tutelar. Patricia explicou que o comitê entendeu que estas cinco instituições já podem indicar estes dois profissionais para que o comitê possa se reunir com eles e explicar todo o procedimento e as próximas ações. Patricia falou que os orçamentos foram encaminhados para análise do conselho, se aprovado por este CMDCA o comitê ainda terá que definir o local onde será realizada a capacitação. Patricia apresentou a proposta da Empresa Lumina Psicologia Aplicada e a proposta do Instituto Cairo, e passou boas referências sobre as mesmas. Patricia explicou que o Psicólogo Ítalo da Delegacia da Mulher, Criança e Idoso (DPCAMI) também encaminhará uma proposta até o final desta semana. O presidente falou que a princípio os profissionais a serem chamados seriam os psicólogos e psicopedagogos. A conselheira Patricia falou sobre as propostas enviadas e sugeriu aumentar o número de profissionais para três, para que o trabalho da escuta seja desenvolvido através de escalas, sem sobrecarregar nenhum profissional. Patricia defendeu a permanência dos assistentes sociais nesta formação, visto ser um procedimento diferenciado e o profissional será treinado para este procedimento. A conselheira Patricia falou também que o ideal é que esta capacitação seja aprovada este ano, pois se deixar para o próximo ano o tempo para aquisição e contratação será curto devido ao ano eleitoral e sugeriu que este assunto seja aprovado o quanto antes. O presidente informou que os orçamentos devem passar pela Comissão de Orçamento. A conselheira Patricia informou que o Comitê Gestor Financeiro analisará propostas até o dia quinze de outubro, falou também que agora deve ser definido a quantidade de profissionais que participarão da capacitação e as propostas, para que este ano ainda seja realizado o processo pois devido ao valor da capacitação, a proposta deve passar por este comitê gestor. A coordenadora Patricia falou que a intenção é ampliar o serviço da escuta e explicou que os orçamentos apresentados já estão orçados para atender de vinte a trinta pessoas. Patricia ressaltou que a aprovação deve ser feita até o

dia quinze para que o Comitê de Escuta Especializada possa iniciar essa capacitação no início do próximo ano. A coordenadora falou que o comitê também agendará reuniões com esses profissionais para verificar se os mesmos têm perfil para esse tipo de atendimento, ressaltou que será aplicado formulário e que até final do ano o comitê solicitará mais profissionais, para poder definir uma escala de plantão. Restou deliberado por este CMDCA solicitar indicação de três profissionais para a Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, CMDCA e Conselho Tutelar, para participar da capacitação. Restou deliberado que a Comissão de Orçamento fará a análise dos orçamentos. O presidente solicitou ao comitê informações sobre como está sendo realizada a Escuta Especializada no Ministério Público e se o CMDCA/Comitê de Escuta Especializada está sintonizada com o Judiciário. A coordenadora Patricia explicou a diferença entre Escuta Especializada e Depoimento Especial, falou que o comitê está caminhando junto com o Juizado e com o Ministério Público, que o promotor e a juíza inclusive já fizeram parte de eventos do comitê, que eles estão acompanhando e que a intenção do comitê é estar alinhado ao Sistema de Justiça. Explicou como funciona a escuta e o depoimento especial e a responsabilidade de cada órgão neste processo. Pauta 08: Comissão de Garantia de Direitos e Apoio ao Conselho Tutelar. O presidente passou a palavra ao presidente do Conselho Tutelar que falou não ter nada a tratar na reunião de hoje. Pauta 09: Comissão de Política de Atendimento dos Direitos – Projetos: Análise do projeto para renovação de inscrição do Núcleo Assistencial Humberto de Campos – NAHC e Análise do Plano de Trabalho da Associação Amor pra Down para inscrição no Edital nº003/2019 – Edital de Chancela. A comissão falou que analisou os documentos. Ficou aprovado pela comissão a renovação da Inscrição de Projetos do NAHC e quanto ao Plano de Trabalho Equoterapia da Associação Amor pra Down, só foi solicitado uma correção, mas foi aprovado pela comissão. Sendo assim, restou deliberado pela plenária a aprovação da renovação da Inscrição de Projetos do NAHC e também restou aprovado para o Edital nº003/2019 – Edital de Chancela, o Plano de Trabalho com o Projeto Equoterapia, da Associação Amor pra Down. Pauta 10: Comissão de Registro, Inscrição e Reavaliação: Análise dos documentos para renovação de Registro e Qualificação do Núcleo Assistencial Humberto de Campos – NAHC. A comissão analisou a documentação entregue pela entidade, todos os documentos foram entregues e o Registro e Qualificação está aprovado pela comissão. Restou aprovado pela plenária a renovação do Registro e Qualificação do NAHC. Pauta 11: Assuntos Gerais. A Sra. Janderlane da GERAR se apresentou aos conselheiros e se colocou a disposição. Nada mais havendo a tratar, eu Patricia Humenhuk, secretária-executiva deste conselho, lavro a presente ata que segue assinada pelos conselheiros presentes.



Datas e horários baseados no fuso horário (GMT -3:00) em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinatura gerado em 19/10/2021 às 11:06:54 (GMT -3:00)

Ata nº580 - Ordinária de 05 de Outubro de 2021.pdf

ID única do documento: #69a19350-9af0-4050-9d08-01b4c1d9bb44

Hash do documento original (SHA256): da53d9b7ccc079687358c272b01e626cefb0db6370f48c220797b212bb382aa3

Este Log é exclusivo ao documento número #69a19350-9af0-4050-9d08-01b4c1d9bb44 e deve ser considerado parte do mesmo, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso.

Assinaturas (12)

- ✓ **Grasiela Aparecida Teixeira (Participante)**
Assinou em 21/10/2021 às 19:27:08 (GMT -3:00)
- ✓ **Douglas Schwolk Fontan Aguirre (Participante)**
Assinou em 20/10/2021 às 07:39:43 (GMT -3:00)
- ✓ **Wilson Reginatto Júnior (Participante)**
Assinou em 19/10/2021 às 11:38:03 (GMT -3:00)
- ✓ **Sandra Mara Luchtenberg (Participante)**
Assinou em 19/10/2021 às 11:23:54 (GMT -3:00)
- ✓ **Valdeci Matias (Participante)**
Assinou em 19/10/2021 às 11:16:13 (GMT -3:00)
- ✓ **CMDCA (Participante)**
Assinou em 24/10/2021 às 09:09:41 (GMT -3:00)
- ✓ **Patricia da Costa Oliveira (Participante)**
Assinou em 19/10/2021 às 17:37:55 (GMT -3:00)
- ✓ **Leandro Teixeira Ghilardi (Participante)**
Assinou em 19/10/2021 às 11:20:11 (GMT -3:00)
- ✓ **Josiane Hoepers (Participante)**
Assinou em 19/10/2021 às 11:28:39 (GMT -3:00)



- ✓ **Manuela Pessoa Duarte (Participante)**
Assinou em 19/10/2021 às 12:02:43 (GMT -3:00)
- ✓ **Luciano Pedro Estevão (Participante)**
Assinou em 20/10/2021 às 20:31:35 (GMT -3:00)
- ✓ **Attela Provesi (Participante)**
Assinou em 25/10/2021 às 10:38:31 (GMT -3:00)

Histórico completo

Data e hora

Evento

19/10/2021 às 11:06:55 (GMT -3:00)	CMDCA solicitou as assinaturas.
19/10/2021 às 11:16:13 (GMT -3:00)	Valdeci Matias (Autenticação: e-mail afadefi.bal@hotmail.com; IP: 177.55.164.4) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em https://verificador.contraktor.com.br . Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.
19/10/2021 às 11:20:11 (GMT -3:00)	Leandro Teixeira Ghilardi (Autenticação: e-mail leandro.ghilardi@bc.sc.gov.br; IP: 45.162.71.49) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em https://verificador.contraktor.com.br . Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.
19/10/2021 às 11:23:54 (GMT -3:00)	Sandra Mara Luchtenberg (Autenticação: e-mail sandralut@hotmail.com; IP: 179.179.157.28) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em https://verificador.contraktor.com.br . Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.
19/10/2021 às 11:28:39 (GMT -3:00)	Josiane Hoepers (Autenticação: e-mail josiane.h@hotmail.com; IP: 177.41.248.176) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em https://verificador.contraktor.com.br . Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.



Data e hora

Evento

19/10/2021 às 11:38:03
(GMT -3:00)

Wilson Reginatto Júnior (Autenticação: e-mail wreginattoj@gmail.com; IP: 189.8.101.163) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

19/10/2021 às 17:37:55
(GMT -3:00)

Patricia da Costa Oliveira (Autenticação: e-mail patricia.oliveira@bc.sc.gov.br; IP: 45.162.71.33) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

19/10/2021 às 12:02:43
(GMT -3:00)

Manuela Pessoa Duarte (Autenticação: e-mail manuela.ap@hotmail.com; IP: 177.156.223.122) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

20/10/2021 às 07:39:43
(GMT -3:00)

Douglas Schwolk Fontan Aguirre (Autenticação: e-mail douglasaguirre@gmail.com; IP: 181.221.152.77) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

20/10/2021 às 20:31:35
(GMT -3:00)

Luciano Pedro Estevão (Autenticação: e-mail lucianopestevao@yahoo.com.br; IP: 187.255.141.237) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

24/10/2021 às 09:09:41
(GMT -3:00)

CMDCA (Autenticação: e-mail cmdcabalnariocamboriu@gmail.com; IP: 190.123.194.36) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

21/10/2021 às 19:27:08
(GMT -3:00)

Grasiela Aparecida Teixeira (Autenticação: e-mail grasi_1001@hotmail.com; IP: 179.180.186.218) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

Data e hora

25/10/2021 às 10:38:31
(GMT -3:00)

Evento

Attela Provesi (Autenticação: e-mail attela@univali.br; IP: 200.169.48.9) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

25/10/2021 às 10:38:31
(GMT -3:00)

Documento assinado por todos os participantes.